

A. I. N.º - 295308.1217/07-1
AUTUADO - NAIDSON ROCHA
AUTUANTE - MARIA ROSALVA TELES e ERIVELTO ANTONIO LOPES
ORIGEM - IFMT-DAT-SUL
INTERNET - 23/07/2008

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N.º 0218-03/08

EMENTA: ICMS. EXTINÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. PAGAMENTO INTEGRAL DO DÉBITO. Nos termos do artigo 156, inciso I do CTN, extingue-se o crédito tributário com o pagamento total do débito pelo sujeito passivo, ficando, consequentemente, também extinto o processo administrativo fiscal em conformidade com o inciso IV, do artigo 122, do RPAF/99. Defesa **PREJUDICADA**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 17/12/2007, no trânsito de mercadorias, reclama ICMS no valor total de R\$329,15, com aplicação da multa de 60%, pela falta de recolhimento do imposto na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso, sobre mercadorias adquiridas para comercialização, procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte com a inscrição estadual considerada inapta. Consta na descrição dos fatos: “Mercadoria destinada a contribuinte com inscrição irregular, conforme nota fiscal de n.º 240.583”.

O autuado apresenta defesa, tempestivamente (fls. 15/17), discorrendo inicialmente sobre a infração imputada. Diz que procedeu corretamente, entretanto o representante da empresa remetente por equívoco, extraiu pedido em nome da empresa Nadilson Rocha, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.892.450/0001-85 e inscrição estadual n.º 68.532.875, e que tal empresa estava localizada no antigo endereço do autuado, e se encontrava em processo de baixa. Aduz que o representante do fornecedor assumiu o pagamento do imposto, conforme comprovante de pagamento acostado aos autos, e que não houve má-fé do autuado, apenas um erro na emissão do pedido pelo representante comercial do fornecedor. Requer a baixa do presente Auto de Infração em razão da sua quitação.

A informação fiscal foi prestada pelo Auditor Fiscal, Silvio Chiarot de Souza com base no artigo 127 § 2º do RPAF (fls. 19/20), discorrendo inicialmente sobre a infração imputada e alegações defensivas. Aduz que o documento de arrecadação juntado aos autos refere-se à mesma operação objeto do presente Auto de Infração, e a data do recolhimento está no prazo legal após intimação. Conclui, dizendo que o referido recolhimento deve ser homologado e os autos arquivados, nos termos do artigo 90, I, do RPAF-BA.

VOTO

O autuado ao reconhecer o débito imputado no presente Auto de Infração e proceder ao pagamento integral do débito, conforme cópia do Documento de Arrecadação Estadual (DAE), à folha 18, desistiu tacitamente da defesa apresentada, tornando-a ineficaz, conforme previsto no artigo 122 do RPAF-BA. Em consequência, fica extinto o processo administrativo fiscal, nos termos do artigo 156, I, do CTN e **prejudicada** a defesa apresentada, devendo os autos ser

remetido à repartição fiscal de origem para as providências inerentes ao acompanhamento de efetivação dos pagamentos.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, considerar **PREJUDICADA**, a defesa apresentada e declarar **EXTINTO** o Processo Administrativo Fiscal relativo ao Auto de Infração de nº **295308.1217/07-1**, lavrado contra **NAIDSON ROCHA**, devendo ser homologado o valor recolhido e o presente processo ser remetido à INFAZ de origem, para adoção das medidas cabíveis.

Sala das Sessões do CONSEF, 16 de julho de 2008.

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - PRESIDENTE

OLAVO JOSÉ GOUVEIA OLIVA - RELATOR

OSMIRA FREIRE DE CARVALHO RIBEIRO DA SILVA - JULGADORA